

CARTA DO SEMINÁRIO REGIONAL DE AVALIAÇÃO DO PAA NO SEMIÁRIDO

Participaram agricultores e agricultoras familiares, organizações não governamentais, movimentos sociais do campo, organizações sindicais e pastorais, técnicos e técnicas de diversas organizações da sociedade civil, e também representantes e técnicos da Conab dos 10 estados que compõem o Semiárido brasileiro, reunidos no Seminário Regional de Avaliação do PAA no Semiárido ocorrido em Salvador – Bahia, entre os dias 20 e 21 de Outubro de 2011, reafirmamos nosso posicionamento em defesa da agricultura familiar e camponesa, da valorização da vida no semiárido e do direito a uma alimentação adequada que garanta a dimensão da soberania alimentar não só para as famílias que residem na região, mas também para população em geral que consome os alimentos desses agricultores e agricultoras, que hoje são responsáveis por 70% dos alimentos que chegam a mesa das famílias brasileiros.

Esse encontro é resultado de um amplo processo de discussão ocorrido em nove estados do semiárido, que teve início no ano de 2010 com seminários estaduais. A motivação desse debate reside na necessidade dos agricultores e agricultoras, que a partir de sua experiência concreta nos processos de acesso ao mercado institucional, se deparam com um conjunto de questões que podem ser classificadas a partir dos seguintes olhares: a perspectiva da eficácia das políticas e programas, os desafios encontrados durante sua operação e das oportunidades que podem ser tecidas no sentido de melhorá-las, a partir de sua operação junto aos agricultores e agricultoras familiares.

Este documento expressa os posicionamentos das organizações da sociedade que compõem a ASA e que foram apontados nesse Seminário Regional de Avaliação do PAA. Estes posicionamentos apontam as proposições de ações que devem ser desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil e pelos poderes públicos que elaboram e desenvolvem as políticas públicas.

Entendemos que a dimensão da convivência com a região Semiárida deve ser premissa para pensar as estratégias de produção e acesso a mercados pela agricultura familiar camponesa. A produção para nós é revelada pela dimensão do conhecimento tradicional dos agricultores e agricultoras, da diversidade e variabilidade genética de suas sementes animais e vegetais, e o conhecimento tradicional associado a esses. Entendemos que essas questões devem iluminar as políticas de acesso ao mercado institucional.

I – Quanto à eficácia das políticas e programas que tem como objetivo a inclusão da agricultura familiar camponesa no mercado institucional

Entendemos que o acesso ao mercado institucional tem contribuído para a geração de renda e segurança alimentar para as famílias agricultoras do semiárido. O ingresso nesse mercado, particularmente na compra com doação simultânea, promoveu o acesso dos agricultores familiares a um mercado próximo, capaz de absorver grande diversidade de produtos e de se ajustar, em certa medida, às variações sazonais.

A abertura do mercado institucional para a agricultura familiar também gerou em grande medida a necessidade de organização dos agricultores e agricultoras em associações e cooperativas, o que teve reflexo na possibilidade de investimento na infraestrutura familiar, mas que ainda pode ser notado de uma forma tímida. Esse diálogo com as políticas e programas tem contribuído inegavelmente para o fortalecimento das unidades de produção familiar.

Organizados em torno da ASA, afirmamos que os programas de aquisição de alimentos do governo têm contribuído com a melhoria da qualidade de vida das famílias do semiárido brasileiro e fortalecido experiências de agricultura livre do uso de agrotóxicos. Nas relações comunitárias, o PAA e o PNAE possibilitam a aproximação entre agricultores e o público consumidor, enaltecendo para além das trocas econômicas, as trocas simbólicas que valorizam a importância dos alimentos e daqueles que os produzem.

Para os municípios, esses Programas têm gerado dinamização nas economias regionais, ao valorizar o trabalho e consumo dos produtos no próprio local. E são potencializados quando são acompanhados e incentivados pelos Conselhos de Segurança Alimentar (Conseas).

Apesar de reconhecidos como importantes iniciativas que tem contribuído com a agricultura familiar brasileira, ainda há muitos entraves para o acesso às políticas de compra direta de alimentos, e assim, muito a avançar. Os desafios representam dificuldades a serem superadas, em sua maioria, relacionadas ao acesso aos programas.

II – Desafios das políticas

É preciso que o PAA e o PNAE ganhem visibilidade junto aos sujeitos interessados, cabendo ao governo, a promoção destas estratégias para que mais famílias possam acessá-los. De nossa parte, assumimos a responsabilidade de mobilizarmos mais famílias agricultoras e entidades, de forma que acessemos todo o recurso previsto para os programas, pressionando para que haja incremento no volume de recursos disponibilizados.

No tocante a operacionalização muito também há de ser feito, para que mais famílias se aproximem dos programas e que mais produtos sejam inseridos. A falta de padronização das questões legais, econômicas, fiscais e sanitárias, necessárias para o acesso aos programas, tornam os agricultores dependentes da interpretação e vontade de gestores estaduais e municipais. Para além disso, a ausência de uma tabela de preços mais adequada à realidade de produção agroecológica, bem como as dificuldades impostas para a certificação desses produtos, fragilizam ainda mais o acesso dos agricultores à esses programas, bem como minimizam as possibilidades dos consumidores terem acesso à alimentos dessa natureza via PAA e PNAE.

A ausência de estrutura adequada das entidades e escolas inviabiliza que muitos produtos de qualidade possam compor o cardápio de crianças e de outros beneficiários da compra direta. Se pelo lado das famílias agricultoras e suas associações, falta estrutura para o beneficiamento, transporte e armazenamento, nas escolas públicas não é diferente. Acostumadas a receberem alimentos processados de qualidade questionável, falta às escolas do semiárido equipamentos como fogões e estruturas de acondicionamento que possibilitem a preparação de alimentos apropriados que garantam a segurança alimentar e nutricional dos alunos.

Nesse sentido, também se torna necessário que a sociedade civil fortaleça a relação com as escolas, principalmente com os profissionais de nutrição, responsáveis por elaborar o cardápio escolar, bem como esteja inserida nos conselhos que avaliam e monitoram os programas, em particular o PNAE, como forma de garantir que a alimentação proposta para os estudantes esteja em consonância com o que é produzido na região pela agricultura familiar.

Para o beneficiamento e uma produção planejada de alimentos constata-se que existe uma deficiência histórica no que se refere à extensão rural qualificada e adequada a realidade da produção familiar no semiárido.

Por fim, há uma dívida da política agrícola brasileira com o importante trabalho de agricultores e agricultoras na preservação da riqueza genética, traduzida nas suas sementes vegetais e animais. Estes sujeitos têm gerido bancos de sementes, espalhados por nosso país, sem nenhum ou quase nenhum apoio governamental. Acreditamos que ainda há tempo do Estado apoiar o trabalho de resgate e preservação de variedades cultivares e animais adaptados que garantem a soberania alimentar do nosso país, protegendo-a de ameaças de empresa que patenteiam e monopolizam estes materiais.

III – Como podemos trilhar caminhos melhores?

Reconhecemos que as trajetórias vindouras no que se referem ao acesso de agricultores ao mercado institucional serão exitosas à medida que existam esforços, tanto da sociedade civil organizada quanto do estado brasileiro, no sentido de potencializar as ações que já estão em curso a partir do PAA e PNAE e das experiências dos bancos e casas de sementes e seus desdobramentos que são desafiadores.

No que se refere à sociedade civil organizada o trabalho em rede é fundamental para que os agricultores familiares, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas e demais grupos envolvidos possam acessar o PAA e PNAE, explorando complementaridades, não apenas entre os diferentes produtos, mas também no que se refere à infraestrutura disponível para processamento e comercialização.

a) Proposições para as ações da sociedade civil organizada

- Ampliar os espaços de discussão da gestão política do PAA e do PNAE com as organizações da sociedade civil, com os gestores públicos e os conselhos;
- Fortalecer as organizações de agricultores e agricultoras, tais como as associações e cooperativas de produtores rurais, para que ampliem sua produção, melhorem seus processos de gestão financeira, integrem os conselhos de alimentação escolar dos municípios e articulem-se com políticas territoriais, inclusive com as bases de serviço e de comercialização;
- Que as organizações se capacitem para inferir sobre as leis e estruturas de controle sanitário municipal e estadual e participar de equipes de inspeção em consórcio com municípios.
- Potencializar as articulações políticas locais, estaduais e nacionais para discutir e fortalecer o PAA e o PNAE com as organizações de base local;
- Estimular a interlocução das ações do PAA e PNAE com os profissionais que estejam diretamente envolvidos com a ação, tais como nutricionistas e merendeiras.
- Valorizar as sementes tradicionais no sentido de possibilitar a sua manutenção e preservação pelos agricultores familiares, a partir dos bancos e casas de sementes. Além disso, as sementes são um elemento importante por fortalecer a organização social dos agricultores e agricultoras.
- Fortalecer as redes de comercialização da agricultura familiar de forma que oportunize a inserção também em outros mercados, como a potencialização dos

espaços de comercialização nas feiras livres e nas feiras agroecológicas;

- Que a perspectiva de discussão e aprofundamento das estratégias de acesso a mercados institucionais estejam privilegiadas nas ações hoje desenvolvidas pela ASA, a partir do seu Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: P1MC e P1+2.

b) Proposições para políticas públicas e ações governamentais

- 1) Referendar o PAA enquanto ação importante para agricultura familiar e que se efetive enquanto política pública nos diversos espaços de controle social desse programa;
- 2) Ampliar o número de municípios atendidos pela PAA e PNAE, especialmente para atender os objetivos do que aponta o Plano Brasil Sem Miséria, que objetiva atender prioritariamente famílias agricultoras pobres e em insegurança alimentar no semiárido;
- 3) Priorizar que a ação do PAA cada vez mais esteja direcionada para o formato de contrato direto com as organizações da sociedade civil;
- 4) Garantir que as organizações que estão credenciadas no SIATER emitam a Declaração de Capacidade Produtiva dos empreendimentos.
- 5) Estruturar a política de comercialização das sementes a partir das experiências concretas da sociedade civil e das boas práticas já desenvolvidas nos estados;
- 6) Garantir que o orçamento do PAA seja compatível com a demanda;
- 7) Estabelecer parcerias com MEC, FNDE, e outras áreas do governo brasileiro ligadas a educação, com objetivo de que as ações se coadunem e fortaleçam o PAA e o PNAE;
- 8) Oportunizar a articulação entre as superintendências da Conab e os os Conseas estaduais e municipais de modo a fortalecer o controle social destes programas.